

Ata da reunião de diretoria realizada no dia 14 de abril de 2014 as 17h no AulaVox.

Aos 14 dias do mês de abril de 2014, com as presenças de Ater Cristófoli, Ney da Nóbrega Ribas, Paulo Sampaio, Elza Xavier, Enezito Ruppel, Expedito Pereira, Guilherme Magalhães, Iara Vaz, Marcelo Becker, Pedro Gabriel, Evandro Gevaerd, Roni Enara Rodrigues e Letícia Cardoso, foi realizada reunião virtual da diretoria do OSB. Os Assuntos em pauta foram: 1) definição de tarefas; 2) datas de reuniões; e 3) posicionamento junto a partidos políticos; 4) outros assuntos.

1) Ater iniciou a reunião agradecendo a participação e colaboração de todos os presentes no 5º ENOS e abordou o primeiro assunto em pauta: definição de tarefas para a próxima gestão, distribuídas entre os conselheiros no evento. Após apresentar a planilha com essas definições, abriu espaço para discussão e considerações. Elza, sobre sua tarefa – Conselheiro Cidadão – comentou que fez contato com o Instituto de Fiscalização e Controle, Amarribo, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e contatará Abracci para tratar do assunto e realizar parcerias. Através destes contatos, teve conhecimento da PEC 329/2013 que está no congresso nacional, sugerida pela AMPCON, parceira do OSB. Conforme documentos já enviados à diretoria, esta PEC contempla o requerido pela Rede, o fim da nomeação de políticos para conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais. Elza questionou se esses documentos foram lidos e o que pensam sobre. Informou ainda que há dois advogados analisando esta proposta e entrará em contato com os que participaram do 5º ENOS para também analisarem. Ater parabenizou pelos contatos já feitos e sugeriu que se faça, no Paraná, uma proposição de lei estadual, aproveitando fase na qual a ALEP, está devido aos problemas na eleição do último conselheiro. Comentou que se pode realizar uma sensibilização através da mídia para aprovação dessa proposição. Elza informou, de acordo com informação de advogados, que os estados não podem ter essa lei, pois conflita com a hierarquia entre leis. Ater colocou que caso os deputados queiram, outros não questionarão, o que deve ser feito é estimulá-los. Propôs conversar com a AMPCON sobre isso e não esperar do congresso nacional, buscar outros meios no estado. Iara disse que tem que ser feito uma PEC através de um deputado federal do estado e levado ao congresso nacional. Elza esclareceu que essa PEC já existe, do deputado Francisco Graciano do Amazonas. Assim sendo, Iara propôs que o OSB apoie essa PEC. Após discussão, Ater sugeriu que esse assunto fosse tratado em separado com Elza. Iara, sobre sua tarefa – Sustentabilidade do OSB e OS – comentou que realizou contato com a ONG Juntos.com.vc para realização de *crowdfunding* sem custo, e outra fundação que trabalha investindo recursos financeiros em projetos sociais. Informou que, de acordo com a solicitação de 6

projetos, faltam 4, que realizará em breve e questionou se há algum projeto escrito pronto para encaminhar a essas organizações. Roni respondeu positivamente, que se deve, apenas, analisar o foco da entidade para a qual irá o projeto e encaminhar um específico e personalizado; esclareceu à lara que sua principal função é abrir as portas para futuras parcerias, a parte de encaminhamento de projetos é feita pelo executivo, para que ela não perca tempo com isso. lara ficou de enviar os editais e demais informações sobre cadastros nas ONG citadas. Evandro, sobre sua tarefa – Projetos de Leis Municipais de prevenção à corrupção – comentou que se reuniu com acadêmicos de direito e passou a tarefa de pesquisar leis já existentes sobre o assunto, sua origem e legalidade, para então colocar para apreciação e selecionar 3 para trabalhar na aplicação. Ater ressaltou que a Rede precisa de um coordenador para a elaboração de projetos estaduais anticorrupção, combatendo na raiz e no atacado. Roni sugeriu ao Evandro que, além dessa proposição, poder-se-ia solicitar aos OS leis de seus municípios que poderiam servir de exemplo. Evandro colocou que o objetivo é aperfeiçoar as leis que já existem e estimular os OS, a instigar a discussão. Sobre a Escola da Rede, lara questionou o ambiente AulaVox e forma de repasse de aulas. Roni explicou que há a possibilidade de transmissão de vídeo, além de apenas voz, que as aulas funcionaram no estilo EAD. Evandro informou possuir o interesse de assumir a tarefa da Merenda Escolar, disse estar realizando um levantamento do custo da merenda que pode se somar à tarefa proposta. Sobre o Sistema de Fiscalização para o Lixo, lara propôs incluir a Rede no Programa Cidades Sustentáveis. Roni esclareceu que essa tarefa é realizar levantamento e acompanhamento de maneira sistemática e com comparativos entre os municípios. Realizar também o levantamento de casos sobre licitações que envolvem coleta de lixo, varredura, podas e afins. O foco não é do ponto de vista ambiental, mas de gestão, um controle de custos. Roni também informou que já foi proposta em 2012 pelo Ivan a inclusão no Programa Cidades Sustentáveis, mas não evoluiu, sugeriu que lara e Ivan conversem e deem encaminhamentos. Enezito solicitou mais orientações sobre suas tarefas e mais informações sobre OSB. Finalizando o primeiro assunto, Roni ressaltou que algumas tarefas ainda estão sem responsáveis, solicitou aos conselheiros ver a possibilidade de assumirem algum outro tema de interesse, para ajudar a definir estratégias e parceiros. Ficou decidido que a divisão de tarefas será enviada por email a todos, para considerações e depois serão agendadas reuniões por temas.

2) Seguindo a pauta, o próximo item foi a definição de datas para próximas reuniões. Roni perguntou aos presentes se gostariam que fossem divididas por conselhos e qual a periodicidade. lara expôs sua opinião, sugerindo que fosse em conjunto, justificando ser mais produtivo, proporciona ampliação de

considerações e observações. Marcelo Becker, se opôs, preferindo reunião específica e, quando for necessário, reunir todos. Expedito concordou com o Marcelo, restringir os temas de cada reunião para não perder o foco. Guilherme concorda que as reuniões devem ser específicas e todos informados para que possam participar e que as datas sejam fixas, por exemplo, toda primeira segunda-feira do mês. Ney opinou dizendo que precisa realizar um encontro presencial pra tratar de todos os temas de forma estratégica para que todos primeiro saibam de tudo que está programado e das possibilidades que existem para que possam apreciar e aproveitar as oportunidades que se apresentam. Todos os conselheiros devem se familiarizar com o que já existe para aproveitar contatos, alinhar ações operacionais, estratégicas e técnicas. Seria bom separar por áreas, definir o que se quer e quais são as prioridades. Realizar, portanto, um encontro de convergências estratégicas, levando pré-ações para nivelar conhecimentos e integração do grupo para se falar a mesma língua. Evandro e Marcelo concordaram com Ney, contanto que esse encontro seja realizado em um final de semana. Ater também concordou, mas acha que muitos daqueles que assumiram tarefas tem condições de elaboram um projeto e cronograma de execução. Independente deste encontro sugeriu que cada um comece a elaborar projetos. Roni propôs que esse encontro deve ser realizado até final de maio. Quanto às reuniões, ficou definido que serão agendadas reuniões específicas para cada área, mas aberta a quem quiser participar.

3) O último item de pauta foi sobre o posicionamento oficial da Rede quanto aos partidos políticos. Roni lembrou que, em pesquisa feita com a Rede através do grupo de e-mails, a maioria respondeu que não se devem estreitar relacionamentos com partidos, e, assim sendo, a diretoria deveria definir uma posição para passar à Rede. Para Ney, não se deve participar de nenhum movimento político. Guilherme opinou dizendo que o Observatório não deve tomar partido, mas os participantes dos observatórios sim. Juntamente com outras entidades, deve-se elaborar uma carta compromisso com a transparência para que seja assinada para por todos os candidatos. Para Ney, isso pode acontecer desde que não estejam na direção de nenhum OS, o que pode vincular a ação da pessoa ao OS. Sugeriu ainda que se pode ter uma agenda parlamentar. Guilherme colocou que mesmo os diretores devem apoiar políticos mais comprometidos com a transparência, com o devido cuidado para que fique claro que é um posicionamento pessoal e não do observatório. Ney opinou dizendo que isso não funciona, a sociedade não vai distinguir quando um diretor fala em seu nome ou do OS. Iara também discorda, para ficar de acordo com a exigência da carta de identidade da Rede de não filiação partidária. Roni sugeriu que fosse elaborada uma pauta de proposições para ser apresentada a todos os partidos, contendo todos os compromissos esperados. Ater propôs entregar essas proposições a todos os candidatos de

todos os partidos envolvendo todas as entidades da cidade em um evento aberto. Paulo lembrou que havia enviado documentos usados para convocação dos partidos e assinatura de termo de compromisso e que, para ele, esta deva ser a forma adequada de posicionamento junto aos partidos. Roni confirmou recebimento desses documentos e afirmou que serão utilizados na elaboração de um posicionamento oficial.

4) Em outros assuntos, Ater apresentou a necessidade de contratação de um suporte técnico para os OS, sugerindo o nome da Cristina Lizzoni, coordenadora mais experiente da Rede. Aprovação por unanimidade, restando definir a liberação dela, em meio período, do OS Marechal Cândido Rondon. Ater conversará com o presidente do OS. Nada mais havendo para tratar, Ater encerrou a reunião.